

Notas e informações**Governo não é Estado**

P. 3 X

Observa Mario Vargas Llosa que, em toda parte, "as estatizações e as nacionalizações" (estas, em geral, mero eufemismo com que se tenta disfarçar o arbítrio que leva àquelas) "originam-se principalmente na dependência servil na qual a empresa transferida para o senhor público se encontra em relação ao poder político". Tome-se como exemplo o que ocorreu no Peru. É Llosa que comenta: "Ampliando (aquele setor) de menos de dez para quase 170 empresas, a ditadura — que alegava como justificativa a 'justiça social' — aumentou a pobreza e as desigualdades e deu à prática do suborno e dos negócios ilícitos um impulso incontrolável. Ambos proliferaram desde então de uma maneira cancerosa, transformando-se em principal obstáculo para a geração de riqueza em nosso país". A observação foi formulada quando o presidente Alan Garcia decidira estatizar os bancos — medida de que recuou, quem sabe em função de manobra tática, engendrada para dar a volta por cima é, afinal, sem a peia da acusação de estar praticando ato ilegal, cair sobre o inimigo e dizimá-lo. Foi Lênin, nas *Teses de Abril*, que ensinou ser a estatização do crédito o caminho mais curto para implantar o comunismo. Quem se aventuraria a contestá-lo?

Sabe-se em teoria que Estado é a entidade que se forma quando concorre para erguê-lo a trindade composta de nação, território e governo. Mas — é ainda Mario Vargas Llosa que anota — a distinção entre Estado e governo, "nos países subdesenvolvidos, como nos totalitários, é uma ilusão jurídica". Ele remata, acentuando que tal distinção "somente é uma realidade nas democracias avançadas". Está coberto de razão o escritor peruano. Onde grásá o subdesenvolvimento ou onde o direito da força suplantou a força do Direito e substituiu a ordem jurídica (produto, expressão e vínculo da vontade coletiva) pela ordem material, de que os janízaros são sustentáculo, a tendência dominante é uma só: os titulares do poder público se assenhoreiam do Estado e o encilham e o tangem para os invios caminhos a que apontam seus caprichos e suas fantasias, dispondo, claro, das verbas do Erário como bem entendem. No Brasil destes dias, quantos paredros partidários eminentes, ocupando posições de liderança na chamada classe política, praticam a estratégia suicida de dar empregos a milhões e permitir que comam à tripa forra, saciando-se, em troca,

com apoio eleitoral, de quatro em quatro anos?

Gravita em torno do aparelho estatal uma casta de privilegiados a que tudo se permite e nada se proíbe. Na administração direta e nas triunfantes sociedades de economia mista encastelou-se uma *nomenklatura* cabocla que equivale aos patrícios romanos — o resto são plebeus. Aí estão os *marajás*, que escarnecem da pobreza que assola o vastíssimo contingente de brasileiros cuja ascensão social constituirá, pelo período insubstituível de uma vida, autêntica miragem, pois os bloqueios que os impedem de progredir são fatais: falta-lhes saúde, alimentação, trabalho e educação. Ora, cumpre notar que os defensores do Estado onipotente e onipresente se dizem partidários da aplicação rígida de salutaros princípios de justiça social, porém não demonstram discernimento para se dar conta de um fato: sempre que o Estado prepondera sobre a sociedade e a oprime, a impede de abrir-se e oferecer ensejo de melhorar aos mais capazes; e favorece uma camada de amigos do rei, a *nova classe*, para que use e abuse do poder, desfrutando-o sem contraste. Com gradações que definem os regimes mais fechados ou aqueles em que sobra relativa liberdade para denunciar essa espécie de usurpação do governo, não é isso que se observa, desde a União Soviética até o Brasil?

Aqui, neste final dos 80, os poderosos do dia *deitam e rolam*, fazem tudo aquilo que se lhes apraz, na convicção de que nada lhes sucederá — como, de resto, não sucede mesmo. E, por incrível que pareça, no momento em que o País poderia reconciliar-se com o que há de bom em seu passado, reconstruindo o Direito, restaurando em sua plenitude a ordem jurídica, modelando instituições políticas estáveis, afeiçoadas às suas tradições e ao estágio de desenvolvimento social em que se encontra, surge na Assembléia Nacional Constituinte a atoarda de um grupo *xitta* que reivindica todo poder para o Estado, por imaginar que se enquistará no governo e o explorará sem tréguas. Pois a verdade é que no Congresso só existem hoje duas grandes facções, a acomodar quantos perfilhem postulados ideológicos diversos ou saudáveis princípios doutrinários: a dos que anseiam por suprimir a liberdade, induzindo os incautos a acreditar na balela da implantação da *igualdade*; e a dos que porfiam em preservar a liberdade, certos de que só por intermédio da ob-

servância de preceitos que permitam praticá-la se atingirá o ideal de oferecer ao povo a *igualdade de oportunidades*.

Dai ser lícito aos democratas sinceros saudar a formação do bloco do Centro Liberal, na Constituinte, organizado para resistir ao agrupamento das esquerdas (cuja crença se restringe à necessidade de entronizar o poder público, imolando-lhe a sociedade), que são minoria mas se comportam como se fossem a maioria, professando o lema dos Bórgias: "Ousa e obterás". Cre-se que no plenário do Legislativo os centristas reunirão mais de trezentos parlamentares — número suficiente para perfazer a maioria absoluta da Assembléia, a qual se expressa no voto de 280 deputados e senadores.

Para o Centro Liberal contribuirão sobretudo PFL e PMDB, cada um com 120 constituintes; e mais PDS (34), PTB (18), PL (6) e PSC (6). Só aí o total chega a 304. Importante é que esse bloco se estruture sem demora e passe a operar a plena carga, antes que seja tarde demais, pois a Lei Magna está ganhando contornos definidos e é este o instante em que se pode extrair do projeto de que ela resultará o cancro da estatização dos sonhos das diversas esquerdas que trabalham dentro do PMDB, do PT, do PDT e do comunismo. O Brasil está vivendo a hora solene de um encontro com a encruzilhada histórica por que enveredará para o futuro melhor a que o povo tem direito, se da Constituição deste ano provier o regime de liberdade a que aspira a imensa maioria desse mesmo povo. Mas se os rumos do regime instituído pela nova Carta forem aqueles, sombrios, traçados pelos adeptos da confusão deliberada entre Estado e governo, será difícilíssimo evitar que chafurde nas desgraças dos vícios característicos da situação reinante — porque o alvo dos *xittas* e seus seguidores é elevar à potência *n* os cacoetes do regime vigente, o qual já cumpriu mais da metade do percurso sinalizado para conduzi-lo à estatização total. Logo, ou é agora que se desencadeia a ação que haverá de salvá-lo, ou nada ou ninguém o afastará da senda do despotismo e do empobrecimento, sendo este último, como registra Mario Vargas Llosa, o desfecho inevitável da mentira com que os burocratas iludem os ingênuos que facilitam o domínio das instituições políticas pelos demagogos, uns e outros empenhados em explorá-las para locupletar-se, pisoteando o bem comum.